

Prof. Doutor Carlos Alberto Pinto de Sousa



Prof. Doutor Carlos Alberto Pinto de Sousa
Bastonário da Ordem dos Médicos de Angola

“(...) o planeamento familiar é considerado pelo Executivo como estratégico para o desenvolvimento do nosso país, no contexto dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio da ONU (...)”

Anamnesis ► Qual é a importância para os médicos angolanos do Dia do Médico Angolano (26 de Janeiro) e como será assinalado este ano?

Prof. Doutor Pinto de Sousa ► O dia 26 de Janeiro constitui um marco histórico na vida dos médicos angolanos, porque foi nesse dia, no ano de 1990, que foi constituída a Ordem dos Médicos de Angola. Desde então, temos sempre assinalado o Dia do Médico Angolano com diversas actividades, sobretudo de carácter formativo. Este ano, decidimos realizar um “Fórum internacional sobre o Impacto do Planeamento Familiar na Saúde Materno-infantil”, porque o planeamento familiar é considerado pelo Executivo como estratégico para o desenvolvimento do nosso país, no contexto dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio da ONU (que são orientados para a protecção da família e das comunidades) e nós, Ordem dos Médicos de Angola (ORMED), enquan-

to parceiros do Executivo na implementação das Políticas de Saúde, temos o dever de dar um contributo para essa implementação, e também porque os nossos médicos têm estado, e continuarão a estar, na vanguarda dos programas de planeamento familiar, mas é necessário que aprofundem a sua formação e acção nesse domínio. No âmbito do Fórum, teremos duas conferências, uma em que a Sra. Vice-Ministra da Saúde, Dra. Evelize da Cruz Fresta, vai falar sobre o impacto do planeamento familiar na saúde materno-infantil e outra, em que o Dr. Klaus Brill, Vice-Presidente das Relações Comerciais Corporativas da Bayer HealthCare, vai falar sobre programas sociais internacionais de planeamento familiar, desenvolvidos em parceria com a ONU, a OMS, e as autoridades de saúde, nomeadamente em África. Temos também dois grandes painéis: um de abordagem multidisciplinar do planeamento familiar e da saúde materno-infantil e a outro so-

bre os programas ligados à intervenção no planeamento familiar.

Para esses painéis convidámos médicos nacionais (provenientes das dezoito províncias de Angola) e estrangeiros e representantes de organismos internacionais, como a OMS, a UNICEF e o UNFPA. O Fórum será, no fundo, um momento de balanço e de reflexão sobre um tema estratégico para o nosso país, o planeamento familiar.

Naturalmente que, para concretizar esta iniciativa, tivemos alguns apoios e tenho a destacar e agradecer os de empresas, que cumprindo o seu papel social, nos deram um grande contributo, nomeadamente a Bayer HealthCare e a Globalphar.

Anamnesis ► Com base no Fórum serão feitas recomendações? A ORMED irá promover em 2012 outras acções de formação na área do planeamento familiar e da saúde materno-infantil?

Prof. Doutor Pinto de Sousa ► Com o Fórum queremos fazer uma reflexão profunda sobre o tema, colhendo a experiência de diversas unidades sanitárias e organizações, e depois elaborar algumas recomendações. Por isso, após o Fórum, a Comissão Organizadora irá elaborar um documento final, que vai espelhar aquilo que foi discutido ao longo do dia 26 de Janeiro. Depois, naturalmente, ao longo deste ano, a ORMED irá focalizar a sua atenção sobre a Formação Contínua Pós-graduada nessa área estratégica, por exemplo, sensibilizando os nossos colegas a nível das direcções dos hospitais, para que introduzam acções de formação sobre planeamento familiar no seu programa de trabalho para 2012.

Anamnesis ► Quantos médicos existem actualmente em Angola? Pode dar-me uma perspectiva resumida da cobertura hospitalar nas diversas províncias?

Prof. Doutor Pinto de Sousa ► Gosto sempre de responder a essa pergunta dando uma perspectiva da evolução registada ao longo do tempo. Nós, em 1975, tínhamos 18 médicos, e actualmente, temos cerca de 3000 médicos, o que quer dizer que houve um aumento significativo do número de médicos, o que representa um grande investimento na sua formação a nível interno. O nosso Executivo abriu, em três anos, mais seis Faculdades de Medicina, para além da de Luanda (Faculdade de Medicina da Universidade Agostinho Neto). Na totalidade temos agora sete Faculdades de Medicina: uma em Luanda, outra em Cabinda, outra em Malange, outra em Benguela, outra no Lubango. Para além disso, temos uma Faculdade privada e uma Faculdade de Medicina Militar.

Portanto, estamos agora a formar uma média de 180 médicos por ano, internamente, sem contar com os médicos que são formados no exterior. A distribuição desses médicos é feita de uma forma equilibrada, porque nós temos cinco hospitais regionais, e todos esses hospitais têm as principais especialidades a funcionar; claro que a cobertura hospitalar ainda não é aquilo

que nós desejaríamos, mas estamos a trabalhar nesse sentido.

O país tem feito um grande esforço no sentido de fazer uma distribuição equilibrada desses médicos. Dos 3.000 médicos, cerca de 30 % são médicos especialistas e as especialidades com maior número de médicos são a Medicina Interna, a Cirurgia, a Ginecologia-Obstetria e a Pediatria, sendo estas duas últimas as que estão actualmente centradas numa das metas do Milénio da

“(…)
o relacionamento
com a Ordem dos
Médicos de
Portugal é
excelente, têm-se
construído ao longo
do tempo pilares
fortes no domínio
da formação (…)”

ONU, a redução da mortalidade materno-infantil. Depois, temos médicos das outras especialidades, em menor número; não são muitos, mas temos feito um esforço no sentido de se aumentar este indicador.

Nos últimos anos tem sido feito um grande esforço de expansão da rede de Saúde, tanto primária, como secundária e terciária. Devo também salientar que no nosso país o atendimento é universal e gratuito, tanto a nível da rede primária como da secundária e até da rede terciária.

O nosso ponto de vista na ORMED, é que, para além de mais médicos, temos também que ter mais profissionais de saúde não médicos, como os enfermeiros, os técnicos de diagnóstico, etc. As nossas Faculdades também têm vindo a dar uma boa resposta, no âmbito da formação de outros profissionais de saúde ou ligados à saúde, que não os médicos.

Anamnesis ► Claro que a ORMED está empenhada em melhorar a qualidade da Medicina e do seu exercício...

Prof. Doutor Pinto de Sousa ► Exacto, se nós tivermos mais médicos bem preparados, a qualidade de atendimento e a prestação de cuidados de saúde irá melhorar. É esta uma das principais funções da Ordem, a de promover acções de formação e fazer com que as unidades sanitárias também trabalhem no sentido da formação contínua. Nós pensamos que um dos pilares fundamentais do nosso Sistema Nacional de Saúde é justamente o profissional de saúde, e, em particular, o médico e por isso damos particular atenção à Formação Contínua Pós-Graduada.

Anamnesis ► Como caracteriza as relações da ORMED com a Ordem dos Médicos de Portugal e dos outros países da CMLP?

Prof. Doutor Pinto de Sousa ► O nosso relacionamento, a nível da CMLP, é um relacionamento saudável, nós temos acordos com todas as outras Ordens dos Médicos da CMLP, e temos, inclusive, realizado actividades conjuntas nos congressos da CMLP, que são rotativos (o ano passado, o congresso foi aqui em Angola, e daqui a dois anos vai ser em Cabo Verde). Esse é um momento em que os bastonários estão todos presentes. Para além disso, há um intercâmbio com a Ordem dos Médicos de Portugal, e com as outras ordens da CMLP (de Moçambique, Cabo Verde, Brasil, São Tomé); o relacionamento com a Ordem dos Médicos de Portugal é excelente, têm-se construído ao longo do tempo pilares fortes no domínio da formação — médicos portugueses têm vindo participar nos nossos congressos anuais. Por outro lado, também nós, ORMED, somos membros da Associação Médica Mundial, que constitui outro espaço de intercâmbio, mas devo dizer-lhe que os melhores relacionamentos que nós temos são com todos os países e organizações da CMLP. ■

Entrevista conduzida por Carlos Pina e Brito.

Fotografia de Carlos Pina e Brito, editada por José Jorge Soares.

ANEXO:

**Discurso do Bastonário da ORMED na Sessão de Abertura do
“Fórum Internacional sobre o Impacto do Planeamento Familiar na Saúde Materno-infantil”
(Luanda, 26 de Janeiro de 2012)**

Sua Excelência Sra. Dra. Evelize Fresta, Vice-Ministra da Saúde para a Saúde Pública

Excelências Srs. Deputados da Assembleia Nacional

Excelências Srs. Membros do Executivo

Exmos. Srs. Membros do Corpo Diplomático

Exmos. Senhores Bastonários

Ilustres Convidados

Distintos Colegas

Minhas Senhoras e meus Senhores

No Dia Nacional do Médico Angolano é extremamente oportuno que os Médicos devam conferir à Mulher e à Criança – e, consequentemente, à Família – um enfoque especial, aliás na esteira do que o nosso Executivo vem defendendo e promovendo através de acções concretas que decorrem das Políticas Públicas Sociais. E, muito naturalmente, a este evento, que se pretende singelo, mas profundo, Suas Excelências os Membros do Executivo e Deputados da Assembleia Nacional aqui presentes, com responsabilidades na modelação, legislação e aplicação de tais Políticas, emprestam o apoio e o seu empenhamento institucional. A Suas Excelências a Ordem dos Médicos, que represento, e as Comissões que pensaram e organizaram esta iniciativa, endereçam uma saudação muito especial e agradece penhoradamente a presença e participação muito activa neste Fórum.

Nesta oportunidade, agradeço aos peritos nacionais e internacionais que nos trazem os seus excelentes contributos de forma a efectuarmos uma reflexão que, considero eu, não é senão a continuidade das actividades quotidianas dos médicos, em particular no que respeita ao Planeamento Familiar.

É mister referir a colaboração muito oportuna dos vários parceiros que, neste espaço de diálogo, fazem jus à responsabilidade social que os parceiros devem ter na defesa da Sociedade. Para os seus dirigentes o nosso agradecimento.

Aos Colegas aqui presentes solicito a sua entrega à causa pública que é a promoção da saúde das nossas famílias, através deste instrumento técnico-científico que é o planeamento familiar.

Excelências

Minhas Senhoras e meus Senhores

Não vou referir-me a aspectos específicos do Planeamento Familiar –

um imperativo do Executivo, dos Profissionais, das Organizações Internacionais, da Comunidade e das Famílias. Pois teremos oportunidade de apreciar atentamente as apresentações dos ilustres palestrantes sobre assuntos que envolvem a medicina, a geografia humana, a organização e gestão do planeamento familiar, o papel das Instituições que prestam cuidados, segundo vários enfoques, mas direccionados para a Família, como núcleo básico e esteio fundamental da Sociedade.

Sem prejuízo do conhecimento profundo em matérias sensíveis como as tecnologias reprodutivas, por exemplo, ou do imperativo ético-legal do anonimato do doador de material genético, ou do direito da criança em investigar a sua paternidade, entre tantos outros, o planeamento familiar carece de uma abordagem que, segundo as directrizes da OMS, se orientará – como parece saudável – para acções simples mas eficazes. Mas permito-me enfatizar que existem algumas implicações biopsicossociais do Planeamento Familiar que servem para garantir a sua implementação real e a sua sustentabilidade.

O Estado poderá fomentar e coordenar as acções de planeamento familiar, pois é sua obrigação constitucional, designando comissões para avaliar os resultados; poderá integrar esforços e aperfeiçoar actividades, colocando a estrutura estatal como centro de convergência e debate. Todavia, sabe-se que não adianta apenas elaborar normas ou fomentar acções se esta estrutura que é a família não encontrar respaldo e apoio numa sociedade consciente do seu compromisso social.

Por isso cabe à família, principalmente através dos afectos dos pais, agir no sentido do reforço da solidariedade familiar, e, por conseguinte, este valor vai crescer à perenidade das comunidades, algo que a nossa sociedade deve preservar. A família é uma riqueza que interessa manter na sua original ambiência, mas desenvolvida no conhecimento e participativa nas iniciativas que lhe dizem respeito.

Cabe também à Comunicação Social, a quem endereço um agradecimento muito especial, um papel interventivo, criativo e inovador que contribua para a disseminação da informação através de processos simples mas eficazes que permitam obter resultados objectivos no que ao planeamento familiar diz respeito.

Excelências

Minhas Senhoras e meus Senhores

No nosso contexto, qual o papel dos médicos e de outros profissionais no planeamento familiar? O que espera a nossa sociedade dos presta-

dores de cuidados, ao nível primário da atenção da saúde e mesmo ao nível secundário?

Eis um conjunto de dúvidas que, por dever deontológico, reservo para os nossos ilustres Palestrantes. Ainda assim, direi que, na óptica da Ordem dos Médicos, a saúde da mulher, da criança e dos adolescentes é o campo fértil onde os médicos actuarão de forma pedagógica, incentivando práticas sobre as relações sexuais, ensinando medidas de higiene, proporcionando, de acordo com o estado da arte, as informações necessárias a comportamentos familiares saudáveis, com evidentes reflexos no desenvolvimento humano sustentável, no domínio demográfico, social, humano e económico.

A actual agenda do nosso Executivo vai neste caminho. E a Ordem dos Médicos de Angola tudo fará, nos limites das suas competências, para que o Planeamento Familiar seja uma realidade duradoura, com base na ciência e na "praxis medica".

Formulo votos de que este Fórum seja um valioso contributo para melhorar ainda mais aquilo que os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e o Programa do nosso Executivo pretendem: a saúde da mulher, da criança e das famílias.

Desejo a V. Exas as boas-vindas e estou plenamente convencido de que deste Fórum resultarão conclusões e recomendações oportunas que se-



Sede da ORMED (Luanda).

rão um bom suporte para a actuação dos médicos junto dos seus concidadãos na área delicada que é o Planeamento Familiar.

Bem Haja!
Muito Obrigado pela V/ atenção.

Prof. Doutor Carlos Alberto Pinto de Sousa
26 de Janeiro de 2012

Em Setembro de 2000, os dirigentes mundiais reunidos na Cimeira do Milénio reafirmaram as suas obrigações comuns para com "todas as pessoas do mundo, especialmente as mais vulneráveis e, em particular, as crianças do mundo a quem pertence o futuro." Comprometeram-se então a atingir um conjunto de objectivos específicos, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, que irão guiar os seus esforços colectivos nos próximos anos no que diz respeito ao combate à pobreza e ao desenvolvimento sustentável.

OS OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO

Até 2015, os 189 Estados Membros das Nações Unidas comprometeram-se a:

1. Erradicar a pobreza extrema e a fome
 - Reduzir para metade a percentagem de pessoas cujo rendimento é inferior a 1 dólar por dia.
 - Reduzir para metade a percentagem da população que sofre de fome.
2. Alcançar o ensino primário universal
 - Garantir que todos os rapazes e raparigas terminem o ciclo completo do ensino primário.
3. Promover a igualdade de género e a autonomização da mulher
 - Eliminar as disparidades de género no ensino primário e secundário, se possível até 2005, e em todos os níveis, até 2015.
4. Reduzir a mortalidade de crianças
 - Reduzir em dois terços a taxa de mortalidade de menores de cinco anos.
5. Melhorar a saúde materna
 - Reduzir em três quartos a taxa de mortalidade materna.
6. Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças
 - Deter e começar a reduzir a propagação do VIH/SIDA.
 - Deter e começar a reduzir a incidência de malária e outras doenças graves.
7. Garantir a sustentabilidade ambiental
 - Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais; inverter a actual tendência para a perda de recursos ambientais.
 - Reduzir para metade a percentagem da população sem acesso permanente a água potável.
 - Melhorar consideravelmente a vida de pelo menos 100 000 habitantes de bairros degradados, até 2020.

8. Criar uma parceria global para o desenvolvimento
 - Continuar a desenvolver um sistema comercial e financeiro multilateral aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório. Inclui um compromisso em relação a uma boa governação, ao desenvolvimento e à redução da pobreza, tanto a nível nacional como internacional.
 - Satisfazer as necessidades especiais dos países menos avançados. Inclui o acesso a um regime isento de direitos e não sujeito a quotas para as exportações dos países menos avançados, um programa melhorado de redução da dívida dos países muito endividados, o cancelamento da dívida bilateral oficial e a concessão de uma ajuda pública ao desenvolvimento mais generosa aos países empenhados em reduzir a pobreza.
 - Satisfazer as necessidades especiais dos países em desenvolvimento sem litoral e dos pequenos estados insulares.
 - Tratar de uma maneira global os problemas da dívida dos países em desenvolvimento através de medidas nacionais e internacionais, a fim de tornar a sua dívida sustentável a longo prazo.
 - Em cooperação com os países em desenvolvimento, formular e aplicar estratégias que proporcionem aos jovens um trabalho digno e produtivo.
 - Em cooperação com as empresas farmacêuticas, proporcionar acesso a medicamentos essenciais, a preços acessíveis, nos países em desenvolvimento.
 - Em cooperação com o sector privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em particular as das tecnologias da informação e comunicação.

Para mais informações sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, pode consultar as páginas na Internet com os seguintes endereços:

www.un.org/millenniumgoals; www.undg.org/login.cfm; www.undp.org/mdg/